



**SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS
DE RIBEIRÃO PRETO, GUATAPAR E PRADÓPOLIS**



**EXMO. SR. VEREADOR LINCOLN FERNANDES. DD. PRESIDENTE DA
CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO**

O **SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE RIBEIRÃO PRETO, GUATAPAR E PRADÓPOLIS**, com sede nesta cidade,  Rua XI de Agosto n 361, inscrito no CNPJ sob n 60.251.733/0001-20, neste ato representado, na forma de seu estatuto social, pelo seu Presidente LAERTE CARLOS AUGUSTO, vem respeitosamente,  presença de Vossa Excelência, oferecer a presente **DENÚNCIA** em face do **Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal DUARTE NOGUEIRA**, com fundamento na Constituição Federal, Lei 1.079/50, Decreto-Lei n 201/67, Lei Orgânica do Município de Ribeirão Preto e demais legislação pertinente, consoante razões de ordens fáticas e legais que passa a expor.

I - DA LEGITIMIDADE PROCESSUAL DO SINDICATO PARA FIGURAR NO PÓLO ATIVO DA PRESENTE DENÚNCIA

Em consonância com o artigo 8, inciso III, da Constituição Federal, *“ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas”*. Verifica-se pelo



SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE RIBEIRÃO PRETO, GUATAPAR E PRADÓPOLIS



comando constitucional referido, que as entidades sindicais estão legitimadas a proceder administrativa e judicialmente, a defesa de direitos e interesses individuais homogneos da categoria por elas representada.

Nesse passo, o Sindicato dos Servidores Municipais de Ribeirão Preto, Guatapar e Pradópolis tem legitimidade processual para atuar na defesa de todos e quaisquer direitos subjetivos individuais e coletivos dos integrantes da categoria que representa, a de servidores públicos do município de Ribeirão Preto.

O Estatuto do Sindicato dos Servidores Municipais de Ribeirão Preto, Guatapar e Pradópolis, em seu artigo 5, inciso I, confere  entidade a seguinte prerrogativa: *“representar, perante as autoridades administrativas e judiciárias, os interesses gerais de sua categoria profissional e os interesses de seus associados, nos termos dos poderes conferidos pelo inciso III do artigo 8 da Constituio Federal”*.

Ainda por força de disposioes estatutárias, constituem finalidades precípuas do Sindicato, entre outras:

“Lutar pela melhoria das condioes de vida, de saúde, de moradia, educao, transporte, lazer e de trabalho de seus representados, ofertando tenacidade contra toda a espécie de atos que visem suprimir ou apequenar direitos ou ainda frustrar a fruio de anseios legítimos da categoria”;

“Discutir os problemas atinentes  categoria profissional que representa, bem como arguir em Juízo a inconstitucionalidade ou a ilegalidade de normas, atos ou políticas públicas que, direta ou indiretamente, tenham repercussão sobre a categoria representada ou que



SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE RIBEIRÃO PRETO, GUATAPAR E PRADÓPOLIS



*contrariem os princípios democráticos defendidos neste Estatuto, **destacadamente o princípio da proteo social do trabalho**, o princípio da irredutibilidade dos avanços sociais, o princípio da independência e autonomia sindical, **o princípio da dignidade da pessoa humana**, o princípio da justiça social, **o princípio da eficiência e transparência administrativa**, dos quais são corolários o direito fundamental  informação,  impessoalidade,  moralidade,  razoabilidade,  proporcionalidade e a **finalidade pública dos atos administrativos**”;*

*“**Proteger o convívio democrático entre os brasileiros** e atuar com o objetivo de assegurar a efetiva expansão dos direitos sociais e da democracia”.*

O artigo 5 do Decreto-Lei 201/67 estabelece o que segue:

Art. 5 O processo de casso do mandato do Prefeito pela Câmara, por infraes definidas no artigo anterior, obedecerá ao seguinte rito, se outro não for estabelecido pela legislação do Estado respectivo:

I - A denúncia escrita da infrao poderá ser feita por qualquer eleitor, com a exposição dos fatos e a indicação das provas. Se o denunciante for Vereador, ficará impedido de votar sobre a denúncia e de integrar a Comissão processante, podendo, todavia, praticar todos os atos de acusação. Se o denunciante for o Presidente da Câmara, passará a Presidência ao substituto legal, para os atos do processo, e s votar se necessário para completar o quórum de julgamento. Será convocado o suplente do Vereador impedido de votar, o qual não poderá integrar a Comissão processante.



SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE RIBEIRÃO PRETO, GUATAPAR E PRADÓPOLIS



No entanto, o artigo 78 da Lei Orgânica do Município de Ribeirão Preto ampliou o rol de legitimados a promover a denúncia de infração político-administrativa, nos seguintes termos:

Art. 78 - São infrações político-administrativas do Prefeito, sujeitas ao julgamento pela Câmara Municipal e sancionadas com a casso do mandato, as definidas na legislação federal pertinente, obedecido, quanto ao respectivo processo, o rito estabelecido no Regimento Interno da Câmara, assegurada ampla defesa.

*Parágrafo nico - Qualquer cidadão, partido político, associação ou **entidade sindical** poderá denunciar o Prefeito por infração político-administrativa perante a Câmara Municipal.*

Portanto, a legitimidade do Sindicato dos Servidores Municipais de Ribeirão Preto, Guatapar e Pradópolis de interpor a presente Denúncia encontra-se estabelecida por disposições constitucionais, infraconstitucionais e por disposições estatutárias.

II - DOS FATOS E FUNDAMENTOS JURÍDICOS DA PRIMEIRA IRREGULARIDADE DENUNCIADA:

A NOVAÇÃO DA DVIDA FORMALIZADA NOS AUTOS DO PROCESSO N 0051085-21.2007.8.29.0506 DA 1 VARA DA FAZENDA PÚBLICA

*“Porque o ódio ao mal  amor do bem,
e a ira contra o mal, entusiasmo divino.”*

(Rui Barbosa, Oração aos Moços)



SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE RIBEIRÃO PRETO, GUATAPAR E PRADÓPOLIS



Inicialmente, cumpre destacar que, no art. 1 da Lei Complementar 2.816/2017, que autorizou o Chefe do Poder Executivo a celebrar acordo de "novao" de dvida com os Servidores Públicos Municipais, referente ao conhecido processo dos 28,35%, consta o que segue:

Art. 1. Fica o Chefe do Executivo autorizado a celebrar acordo de novao de dvida com os Servidores Públicos Municipais, referente aos autos do Processo n 0051085-21.2007.8.26.0506 (3006/2007), que tramita perante a 1 Vara da Fazenda Pública da Comarca de Ribeirão Preto, para pagamento de valores devidos por decisão judicial já transitada em julgado e atualmente em execuo, a título de atrasados de IPC - 28,35%, mediante parcelamento do respectivo pagamento.

Pargrafonico. O acordo de que trata o "caput" deverá ser levado ao conhecimento do Juízo da causa em petio assinada pelo Município de Ribeirão Preto e os Servidores Municipais de Ribeirão Preto acordantes, a fim de ser homologado, por sentença, para que produza seus efeitos legais, valendo como título líquido e certo. (Grifou-se)

Nota-se, com absoluta clareza, que a aludida norma autorizativa não produz efeitos de imediato, uma vez que o Pargrafonico do Art. 1 nega-lhe força executória como título líquido e certo enquanto o juízo da causa não homologar o acordo por sentença, para que produza seus efeitos legais.

Divisa-se, no particular, que qualquer pagamento do referido acordo antes da homologao judicial em vilipêndio da obrigatoriedade prevista em lei constitui, em tese, infrao administrativa grave, como será demonstrado na sequência.



SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE RIBEIRÃO PRETO, GUATAPAR E PRADÓPOLIS



Antes, porém, registra-se que a obrigatoriedade prevista em lei, de se levar o referido acordo, em petição assinada pelo Município de Ribeirão Preto e os Servidores Municipais de Ribeirão Preto acordantes, a fim de ser homologado, por sentença, para que produza seus efeitos legais, valendo como título líquido e certo, está centrada na preocupação do legislador com os contornos exigidos da Administração Pública, especificamente da Fazenda Pública, para o exercício do poder de firmar acordos e de transigir, em processos administrativos e judiciais.

 que, em face do princípio da legalidade, doutrina e jurisprudência são reconhecem a possibilidade da Fazenda Pública celebrar transação e acordos judiciais e extrajudiciais se houver prévia autorização legal, e desde que haja expressa outorga de poderes específicos ao Procurador-Geral do Município para tal mister, pois a regra geral  a da indisponibilidade dos bens públicos. Quanto  indisponibilidade dos interesses públicos, leciona Diogo de Figueiredo, em “Arbitragem nos Contratos Administrativos” (Rev. de Direito Administrativo, jul./set. 1997, pp. 84 e 85.):

[...] Certos interesses, porém, são considerados de tal forma relevantes para a segurança e para o bem-estar da sociedade que o ordenamento jurídico os destaca, os define e comete ao Estado satisfaz-lo sob regime próprio: são os interesses públicos. Destarte, ao definir esses interesses públicos a lei os coloca fora do mercado, submetendo-os, distintamente dos demais, ao princípio da supremacia, como força jurídica vinculante, e ao princípio da indisponibilidade, em regra, absoluta e, por vezes, relativa. A indisponibilidade absoluta  a regra, pois os interesses públicos, referidos  sociedade como um todo, não podem ser negociados senão pelas vias políticas de estrita previsão constitucional. A indisponibilidade relativa  a exceção, recaindo sobre interesses públicos derivados, referidos  pessoas jurídicas que os administram e que, por esse motivo, necessitam de autorização constitucional genérica e, por



SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE RIBEIRÃO PRETO, GUATAPAR E PRADÓPOLIS



vezes, de autorizaao legal. Em outros termos e mais sinteticamente: esta diante de duas categorias de interesses publicos, os primarios e os secundarios (ou derivados), sendo que os primeiros sao indisponiveis e o regime publico e indispensavel, ao passo que os segundos tem natureza instrumental, existindo para que os primeiros sejam satisfeitos, e resolvem-se em relaoes patrimoniais e, por isso, tornaram-se disponiveis na forma da lei, nao importando sob que regime. Sao disponiveis, nesta linha, todos os interesses e os direitos deles derivados que tenham expressao patrimonial, ou seja, que possam ser quantificados monetariamente, e estejam no comercio, e que sao, por esse motivo e normalmente, objeto de contrataao que vise a dotar a Administraao ou seus delegados, dos meios instrumentais de modo a que estejam em condioes de satisfazer os interesses finalisticos que justificam o proprio Estado.

Pelo principio da legalidade, o Chefe do Poder Executivo deve se ater ao comando legal sob pena de gerar situaoes de favorecimento ou perseguiao, violando, por conseguinte, o principio da supremacia do interesse publico. Inexistente, na referida lei autorizativa, menao a poderes ao Chefe do Poder Executivo de efetuar pagamentos sem a expressa conferencia e homologaao por parte do Poder Judiciario.

Destarte, no que toca especificamente ao comando legal de obrigatoriedade de homologaao judicial por sentença, impoe-se a sua observancia irrestrita por parte do Chefe do Poder Executivo, sob pena de incursionar em plena inconstitucionalidade e clara ilegalidade. A homologaao, no caso, nao se enquadra como um capricho, uma questao secundaria ou acessoria que poderia ser desconsiderada pelo Chefe do Poder Executivo. Tratando-se de ato, que exige criterio elevado e prudencia acurada, a propria lei



SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE RIBEIRÃO PRETO, GUATAPAR E PRADÓPOLIS



autorizativa condicionou a produção de efeitos legais ao acordo somente após homologação judicial por sentença.

Verifica-se, então, que o juízo da causa, ao decidir-se ou não pela homologação do acordo em foco, deverá observar se o comando legal foi respeitado, se houve vício de vontade, se as partes estavam bem representadas. E, ainda, tendo em vista que o acordo estabelece concessão de direitos por parte dos servidores, em respeito ao contraditório e  segurança jurídica, o juízo da causa deverá analisar, no momento oportuno, os argumentos expendidos pelo Autor da Ação Coletiva para decidir se, individualmente, sem assistência de advogados, os beneficiários de acordo judicial coletivo poderiam firmar acordo válido.

Diante de eventual possibilidade de não-homologo do acordo, o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado apenas a celebr-lo, não foi autorizado a pag-lo antecipadamente  sentença homologatória com total discricionariedade administrativa na apreciação das condições, conveniências e oportunidades, uma vez que a própria lei que autorizou o acordo também fixou regras para o seu pagamento, ou seja, a homologação judicial como requisito de produção de efeitos legais.

Sacha Calmon Navarro Coelho, em Curso de Direito Tributário Brasileiro (1 ed., Forense, 1999, pg. 716-7.) diz quanto ao ponto:

[...] **Transacionar não  pagar,  operar para possibilitar o pagar.**  modus faciendi, tem feitiu processual, **preparatório do pagamento.**

Tendo em vista que  público o desacordo e manifesta a desaprovação do Autor da Ação Coletiva que originou o processo não 0051085-21.2007.8.26.0506 (3006/2007), que no caso  o Sindicato dos Servidores



SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE RIBEIRÃO PRETO, GUATAPAR E PRADÓPOLIS



Municipais de Ribeirão Preto, Guatapar e Pradópolis, diante da chamada "novao" caberia ao Chefe do Poder Executivo, em juízo, demonstrar e comprovar clara, objetiva e formalmente, as reais e efetivas vantagens que adviriam da aludida celebrao para as partes que a celebraram, considerados os princípios da economicidade, da razoabilidade e, sobretudo, da legalidade.

Caberia ao Chefe do Poder Executivo respeitar a lei autorizativa e aguardar a transao firmada produzir efeitos legais depois de amparada pela homologao judicial por sentença. Sem que o juízo da causa tivesse concluido pela validade do acordo para fins processuais, sem que o juízo da causa tivesse concluido que no acordo firmado houve a necessária observância dos princípios da isonomia, da economicidade, finalidade, razoabilidade, da eficiência, da moralidade e da publicidade administrativas (art. 37, "caput" da CF), o Chefe do Poder Executivo ordenou despesas sem o cumprimento efetivo dos termos da lei, sem a anuência do Autor da ao ao acordo e sem a garantia de que haverá homologao judicial da avença firmada.

O fundamento da atividade administrativa reside, em essência, na lei. E na situao descrita a lei foi frontal e claramente desrespeitada. O postulado da supremacia da lei deve condicionar a própria atividade do Poder Público, limitando o poder de transigir para terminar o litígio. Não há garantia alguma que os vultuosos pagamentos realizados  revelia da lei e do juízo da causa terminem com o litígio. Uma vez que não houve homologao judicial da chamada "novao" por sentença, não houve também a produo de efeitos jurídicos dos termos ali avençados, sendo claro, portanto, que por discordar frontalmente das condioes impostas pelos termos do acordo, o Sindicato Autor da ao não está vinculado  transao não homologada, inservível, portanto, para promover a extino do referido processo judicial.



SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE RIBEIRÃO PRETO, GUATAPAR E PRADÓPOLIS



Como se sabe, não  impossível a transao sobre matéria regulada por direito público; mas se exige a expressa competência e a conferência dos poderes especiais para o ato e lei específica que contenha o objeto, as hipóteses, os critérios, as condioes e circunstâncias para a respectiva validade. Entre as condioes e circunstâncias para a validade do acordo firmado nos termos do artigo 1 da Lei Complementar 2.816/2017, consta como obrigatória a homologao judicial para a produo de efeitos legais, passando a dar validade aos pagamentos.

Nesta toada, nota-se que a execuo do objeto do acordo e pagamentos feitos  revelia da necessária homologao judicial já revelam a prática de ato de improbidade administrativa pelo agente público aqui denunciado.

Por derradeiro, não  demais frisar que o Chefe do Poder Executivo Municipal, além de não aguardar a necessária análise do juízo e a homologao ou não da avença, nem ao menos se deu ao trabalho de enviar ao Juízo a totalidade dos acordos firmados. Consoante reportagem publicada no sitio eletrnico do Município, em 23 de Outubro de 2017, 3.096 beneficiários "aderiram" ao Acordo de Novao proposto pela Prefeitura.

A mesma reportagem anuncia a flagrante ofensa do Chefe do Poder Executivo aos termos da lei autorizativa ao anunciar que "os que aderiram entre os dias 09 e 19 de outubro receberão as parcelas acumuladas entre os meses de maio e outubro no dia 20 de novembro". Independentemente de tais acordos serem levados ou não ao conhecimento do Juízo, independentemente de haver ou não homologao judicial da avença, o Chefe do Poder Executivo anunciou que ordenaria despesas sem a imprescindível homologao judicial do acordo e agindo contrariamente aos termos da lei.



SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE RIBEIRÃO PRETO, GUATAPAR E PRADÓPOLIS



Em nova publicação feita no sitio oficial da Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, em 19 de Setembro de 2018, a Coordenadoria de Comunicação Social confirma a realização de pagamentos e o ordenamento de despesas em desconformidade aos termos da lei autorizativa e o revela da imprescindvel homologação judicial por sentena. Determinado trecho da referida reportagem confessa que *"aqueles que assinaram a novação a partir de abril e maio j receberam e continuaro recebendo at dezembro de 2020"*.

Importante informar que h nos autos apenas as novaes relativas ao ano de 2017, conforme se comprova pelas petições da municipalidade acostadas  presente. No obstante no ano de 2018 tambm tivesse havido a reabertura do prazo para novas adeses  novação, por meio da Lei Complementar Municipal 2.898/2018, no h nos autos nenhum termo de adeso juntado at a presente data.

A homologação judicial por sentena, determinada em lei, foi vista e tratada pelo Chefe do Poder Executivo como uma formalidade menor, quase um capricho assessrio e suprfluo da norma. A recusa do Chefe do Poder Executivo em aguardar o exame completo e aprofundado da validade ou no do acordo para so depois ordenar pagamentos que serviriam para extinção do referido processo judicial, obrigação previamente delineada em lei que so poderia ser feito pelo juzo responsvel pela causa, podero obrigar o Municpio a arcar com multas, juros, honorrios e despesas processuais que encarecero o valor inicial da dvida com os beneficirios.

Ao invs de trazer paz social, o desrespeito diante dos termos da lei e o descaso diante do necessrio exame e pronunciamento judicial que o Chefe do Poder Executivo patrocinou, trouxe insegurana jurdica, tumulto processual, litigncia potencializada e afronta o legalidade e a outros princpios administrativos.



SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE RIBEIRÃO PRETO, GUATAPAR E PRADÓPOLIS



 luz do interesse público  obrigatório que a devida apuraco legislativa aponte a responsabilidade do Chefe do Poder Executivo nas ilegalidades aqui narradas, bem como indique a eventual responsabilidade de outros gestores municipais que também deverão responder por eventuais prejuízos que o descumprimento da lei causou aos cofres públicos.

Passando a ter conhecimento deste fato gravíssimo, diante da farta documentaco apresentada pelo denunciante,  de competência do Poder Legislativo Municipal instaurar o devido processo parlamentar de inquérito, com o escopo de analisar e apurar a eventual responsabilidade do atual Prefeito Municipal ao ordenar despesas referentes a um acordo não homologado por sentença judicial, desrespeitando frontalmente o parágrafo único do art. 1 da Lei Complementar 2.816/2017, violando conjuntamente os princípios da moralidade, eficiência, publicidade e legalidade, que caracterizam a conduta ímproba prevista no art. 11 da Lei 8429/1992.

No âmbito municipal, o prefeito  o responsável pela fiel guarda e aplicacão dos recursos públicos, cujo dispêndio deve observar a mais completa juridicidade. Segundo os arts. 80, 84 e 90, do Decreto-lei n. 200/67, o ordenador de despesa são exonera-se de sua responsabilidade quando houver a regular aplicacão de recursos públicos, impondo-se o ressarcimento do dano quando houver desvio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo  Fazenda Pública.

E ao Chefe do Poder Executivo, para alforria dessa responsabilidade com o dinheiro público, compete o nus da prova do regular emprego do dinheiro público na conformidade da lei, conforme se extrai dos arts. 90 e 93 do mesmo decreto-lei. Com efeito, “em direito financeiro, cabe ao ordenador de despesas provar que não  responsável pelas infraces, que lhe são imputadas, das leis e regulamentos na aplicacão do dinheiro público” (STF, MS 20.335-8-DF, Tribunal Pleno, Rel. Min. Moreira Alves, v.u., 13-10-1982, RTJ 106/952).



SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE RIBEIRÃO PRETO, GUATAPAR E PRADÓPOLIS



A probidade administrativa que se espera dos agentes públicos está intimamente associada ao princípio da legalidade, verdadeiro guia dos atos da Administração Pública. Prevê a Constituição Federal, artigo 37, que "*A Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:*".

A moral do Poder Público não se restringe  moralidade comum da sociedade privada, que apenas diferencia o bem do mal, mas  complementar desta, pois também se pauta pelas regras da boa administração, pela observância da legalidade, da impessoalidade, da publicidade e da eficiência, princípios gerais do Direito. A Administração Pública busca a consecuio do bem-estar geral social.

Patente o dolo do Chefe do Poder Executivo Municipal, pela livre e consciente vontade de deixar de cumprir a lei, fazendo aquilo que ela não permitia, assumindo nus financeiro sem contrapartida no erário para cobertura de despesas de uma avença extra-judicial que apenas após a análise do juízo responsável e eventual homologação por sentença passaria a ser instrumento válido a justificar ordenamento de despesas.

Estabelece a Constituição Federal, artigo 49, X, que compete ao Poder Legislativo fiscalizar e controlar, diretamente, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta. As Comissões criadas pela Câmara Municipal, compostas exclusivamente de Vereadores, tem atribuições específicas de apurar fatos relativos a abusos ou ilegalidades praticadas pelo Poder Público.

Diante de todo o exposto, com fundamento nos artigos 4o e 5o do Decreto-Lei 201/67, c/c artigo 8o, alínea "b", incisos XII, XIII e XVII; artigo 70,



SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE RIBEIRÃO PRETO, GUATAPAR E PRADÓPOLIS



inciso V e artigo 78, todos da Lei Orgânica do Município e artigos 44, 54 e 89 do Regimento Interno dessa Câmara Municipal, requer  V.EXA:

1 - Seja recebida a presente DENÚNCIA, com a instaurao do devido processo legislativo para apurao dos fatos e responsabilidades decorrentes da matéria aqui narrada;

2 - Que seja a presente denúncia acolhida na íntegra, reconhecendo-se que o Denunciado, ao ordenar e permitir a realizao de despesas referentes a acordo não homologado judicialmente, agindo contrariamente  lei e ao interesse público, com ato antieconômico e gestão temerária dos recursos públicos, procedeu de modo incompatível com a moralidade administrativa, com o princípio da legalidade e demais princípios administrativos, incorrendo na prática de infrao político-administrativa;

3 - Que, ao final, seja julgada totalmente procedente a presente denúncia, em sessão de julgamento no plenário dessa Casa Legislativa, com a conseqüente perda do cargo de Prefeito Municipal e expedio do respectivo Decreto Legislativo de Cassao do mandato do Senhor Prefeito Municipal;

4 - Que seja comunicado o resultado  Justiça Eleitoral.

Além da denúncia ora apresentada, também merece percuente investigao legislativa, com a conseqüente instaurao do devido processo legal nos termos do Decreto-Lei 201/67, Lei Orgânica do Município e Regimento Interno dessa Casa Legislativa, o fato que passaremos a descrever a seguir.



SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE RIBEIRÃO PRETO, GUATAPAR E PRADÓPOLIS



III - DOS FATOS E FUNDAMENTOS JURÍDICOS DA SEGUNDA IRREGULARIDADE DENUNCIADA:

PROPAGANDA GOVERNAMENTAL QUE NÃO SE ENQUADRA NAS FINALIDADES PERMITIDAS PELA CONSTITUICO FEDERAL

Este  o teor da propaganda oficial veiculada em 18.10.2018 na 2^a Edio do Jornal da EPTV, cuja mdia contendo uma cópia da propaganda exibida encontra-se acostada  presente:

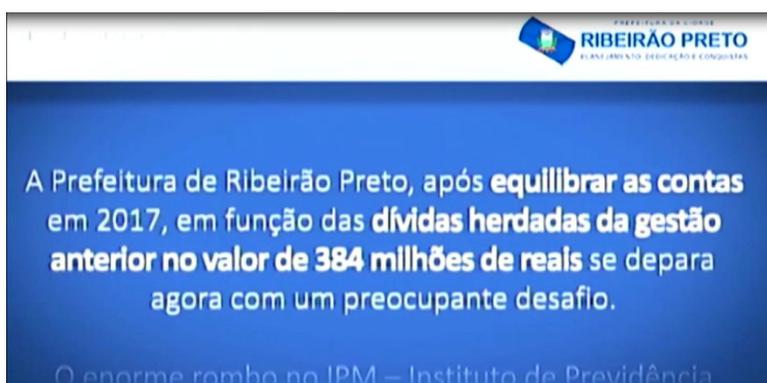


Imagem **1** capturada (*printscreen*) de anúncio veiculado em 18.10.2018 durante a 2a Edio do Jornal da EPTV (Globo) - Versão em vídeo entregue no cartório e anexada a esta ao.



SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE RIBEIRÃO PRETO, GUATAPAR E PRADÓPOLIS



Filiado:

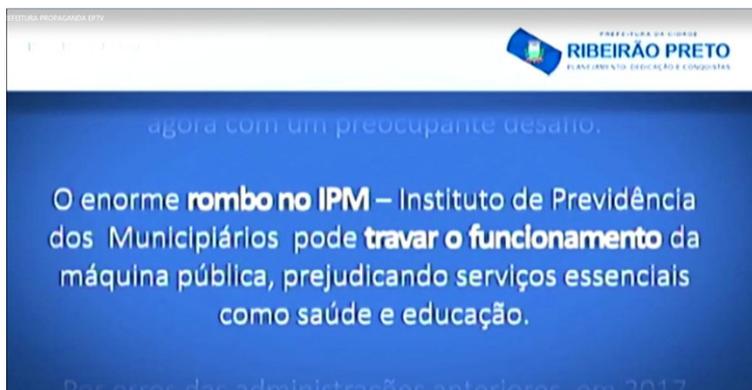


Imagem 2 capturada (*printscreen*) de anúncio veiculado em 18.10.2018 durante a 2a Edio do Jornal da EPTV (Globo) - Versão em vídeo entregue no cartório e anexada a esta ao.

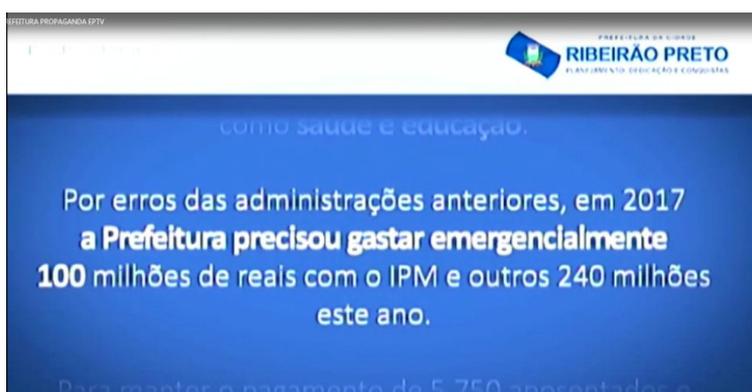


Imagem 3 capturada (*printscreen*) de anúncio veiculado em 18.10.2018 durante a 2a Edio do Jornal da EPTV (Globo) - Versão em vídeo entregue no cartório e anexada a esta ao.



SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE RIBEIRÃO PRETO, GUATAPAR E PRADÓPOLIS



Filiado:

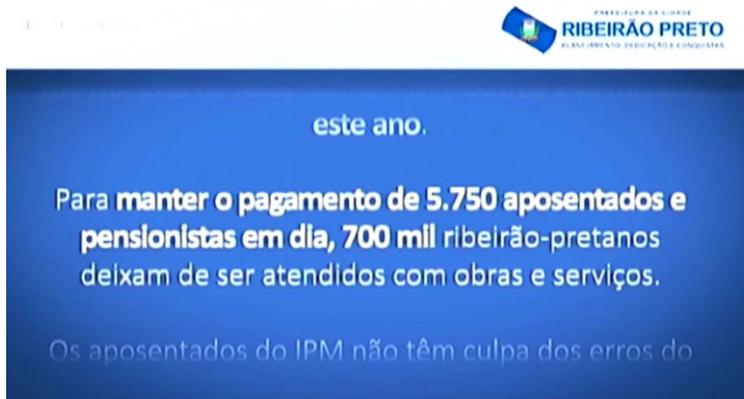


Imagem 4 capturada (*printscreen*) de anúncio veiculado em 18.10.2018 durante a 2a Edição do Jornal da EPTV (Globo) - Versão em vídeo entregue no cartório e anexada a esta ação.

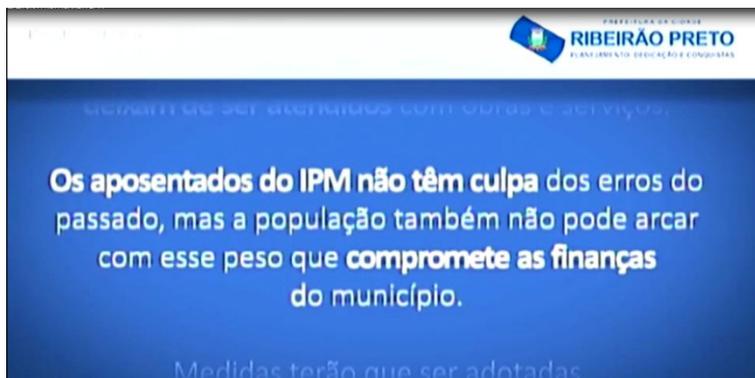


Imagem 5 capturada (*printscreen*) de anúncio veiculado em 18.10.2018 durante a 2a Edição do Jornal da EPTV (Globo) - Versão em vídeo entregue no cartório e anexada a esta ação.



SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE RIBEIRÃO PRETO, GUATAPAR E PRADÓPOLIS



Imagem **6** capturada (*printscreen*) de anúncio veiculado em 18.10.2018 durante a 2a Edição do Jornal da EPTV (Globo) - Versão em vídeo entregue no cartório e anexada a esta ação.



Imagem **7** capturada (*printscreen*) de anúncio veiculado em 18.10.2018 durante a 2a Edição do Jornal da EPTV (Globo) - Versão em vídeo entregue no cartório e anexada a esta ação.



SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE RIBEIRÃO PRETO, GUATAPAR E PRADÓPOLIS



Para a melhor compreensão do comunicado em seu conjunto passa-se, na seqüencia,  transcrição integral dos dizeres constantes no anúncio veiculado:

A Prefeitura de Ribeirão Preto, **após equilibrar as contas em 2017**, em função das dvidas herdadas da gestão anterior no valor de 384 milhões de reais se depara agora com um preocupante desafio.

O **enorme rombo no IPM**– Instituto de Previdência dos Municipirios **pode travar o funcionamento da máquina pública**, prejudicando os serviços essenciais como saúde e educação.

Por erros das administrações anteriores, em 2017 a Prefeitura **precisou gastar emergencialmente** 100 milhões de reais com o IPM e outros 240 milhões este ano.

Para manter o pagamento de 5.750 aposentados e pensionistas em dia, 700 mil ribeirão-pretanos deixam de ser atendidos com obras e serviços.

Os aposentados do IPM não tem culpa dos erros do passado, mas a população também não pode **arcar com este peso** que compromete as finanças do município.



SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE RIBEIRÃO PRETO, GUATAPAR E PRADÓPOLIS



Medidas terão que ser adotadas com
responsabilidade.

Prefeitura da Cidade de Ribeirão Preto

Planejamento, Dedicao e Conquistas

(Grifou-se)

Ressalte-se, de pronto, que a comunicaao governamental não pode desbordar dos limites da publicidade institucional definidos pela Constituiao Federal, sobretudo aqueles encartados no art. 37,  1o, da CF (publicidade voltada para informaçao, educaao e orientaçao social).

A campanha publicitaria retratada neste feito **não possui carater educativo, informativo ou de orientaçao social** como, repisando, exige a Constituiao Federal em seu art. 37,  1o. O que se verifica  que **não se trata** de publicidade de atos, programas, obras, serviços ou campanhas dos órgãos publicos, com carater educativo, informativo ou de orientaçao social, como permite o referido dispositivo constitucional.

Não se pode olvidar que a Constituiao adota a publicidade como um dos princípios de regencia da atividade administrativa, e, como princípio, espelha a ideologia da Constituiao, seu postulado e seu fim (art. 37, caput e  1o).

Assim, com o escopo de concretizar o princípio da publicidade, a Administraao, desde que amparada em calculos atuarios e com clareza quanto aos pontos que gostaria de ver reformados no sistema previdenciario municipal, poderia utilizar-se da atividade informativa oficial para o esclarecimento da



SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE RIBEIRÃO PRETO, GUATAPAR E PRADÓPOLIS



sociedade sobre as reformas que pretende efetivar, até mesmo para que tais propostas possam ser debatidas e avaliadas, de forma consciente pelo conjunto da sociedade.

 o ente público municipal quem administra e se responsabiliza por qualquer déficit da RPPS, cabendo-lhe, por consequência, a iniciativa de propor mudanças tendentes  solução desse problema. **No presente caso, entretanto, o Poder Executivo não informa parâmetros cuja necessidade se aferiu a partir das conclusões obtidas por cculos atuariais,** enfatizando a necessidade desta ou daquela medida.

Ressalve-se que a linha diretiva traçada na campanha publicitária institucional levada a efeito  focada na **necessidade e premência de se adotar medidas,** sem informar quais bases deram suporte às medidas, assim como suas repercussões no plano individual e coletivo e, por fim, sem informar qual ou quais são as medidas, o que suprime a natureza informativa da peça questionada.

Somente esclarecida sobre as medidas tomadas pela Administração Municipal e sua motivação, poderá a população organizar-se em apoio ou em contraposição  solução engendrada. O cidadão não tem como assentar o seu convencimento sobre a justeza de caminho a ser trilhado, fixando opinião favorável ou desfavorável diante de uma medida não revelada. Não há como se organizar e influir no debate democrático em torno de uma medida que não foi sequer informada e cuja iniciativa não está ao seu alcance.

Veja-se que a propaganda impugnada sequer explica aos cidadãos de Ribeirão Preto e das cidades vizinhas atingidas pela veiculação, que o IPM tem dois regimes de caráter previdenciário, um em crescimento e superavitário (Regime Previdncirio) e outro em extinção e sujeito a aportes (Regime Financeiro). Perceba-se a ausência de alternativas mínimas para corrigir alegadas



SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE RIBEIRÃO PRETO, GUATAPAR E PRADÓPOLIS



distoroes que estariam sendo produzidas diante do que se resolveu chamar de "enorme rombo" do IPM, privando a populaao da informaçao de que ambos os regimes do IPM não apresentam desequilíbrio atuarial do sistema.

Melhor explicando: em relaao ao IPM - Instituto de Previdência dos Municipirios, regido nos termos da Lei Complementar 1.012/2000, não há novas normas aprovadas que devam ser explicadas para a populaao, nem para os segurados.

Observa-se que, de fato, não há ao menos o indicativo de uma medida clara e objetiva de como o Governo Municipal pretende reformar o sistema previdenciário municipal. A propaganda ora impugnada nem ao menos d a entender se o Governo pretende reformar o regime próprio de previdência social (RPPS) do Município.

Diante desse contexto, o que se constata  que desenvolveu-se uma campanha, financiada com recursos públicos, para ao final transmitir-se a ideia inconclusiva de que "**Medidas terão que ser adotadas com responsabilidade**", sem esclarecer: 1) *quais medidas serão adotadas?* 2) *quando?* 3) *e por iniciativa de quem?*

O dever de transparência abrange, inclusive, o dever de clareza quanto a posioes de governo expressas em propagandas denominadas institucionais. Nesse sentido, a propaganda governamental objeto da presente denúncia não atende as finalidades permitidas pela Constituiao, pois não visa promover a informaçao, a educaao ou a orientaçao social da comunidade, mas **simplesmente lançar uma perturbadora interrogaao** sobre quais serão, efetivamente, as medidas que "terão que ser adotadas".



SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE RIBEIRÃO PRETO, GUATAPAR E PRADÓPOLIS



Um comunicado assim, sem rumo e sem efetividade, torna-se produtor de problemas e de controvérsias e não de soluces em torno das quais poderiam se abrir caminhos para a construco das alternativas adequadas do ponto de vista jurídico, constitucional e democrático.

A propaganda institucional não pode brotar da esfera da subjetividade transitória de governos e de seus agentes políticos, e ser utilizada para persuadir a populaco em relaco a implementaco de uma dada ordem de medidas que nem mesmo o governo explicita quais serão. Não está prevista, na norma constitucional, publicidade com o fim de persuadir a sociedade em torno de uma medida notoriamente incerta porque não exteriorizada.

Nesse sentido, Hugo de Brito Machado sustenta que a norma constitucional acolhe apenas a publicidade em sentido estrito, isto , a transmissão de informaces e publicidade para educar e promover orientaco social. Distingue a propaganda inadmissível da informaco possível nesta passagem do seu magistério:

[...]

Sabido que publicidade  o gnero e propaganda  uma espécie de publicidade, podemos dizer que essa espécie identifica-se pela finalidade. Enquanto a publicidade tem por fim apenas tornar conhecido o fato divulgado, **a propaganda tem por fim fazer isto com o propósito de influir no íntimo das pessoas as quais se dirige, não necessariamente para que comprem um bem ou um serviço, mas para que adotem certo comportamento.**



SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE RIBEIRÃO PRETO, GUATAPAR E PRADÓPOLIS



 publicidade, em sentido estrito, aquela que tem caráter simplesmente informativo. Aquela cujo objetivo  apenas o de tornar público aquilo que informa. Que não pão em questão a finalidade para a qual se torna algo público porque a finalidade  apenas a de tornar público, isto , de dar conhecimento aos interessados.

[...]

Em princípio, a publicidade autorizada  aquela de caráter simplesmente informativo, sem a finalidade de influir na conduta das pessoas as quais  destinada. A publicidade pura e simples, ou a publicidade em sentido estrito. Ocorre que tbm está autorizada a publicidade com caráter educativo e de orientao social.

(MACHADO, Hugo de Brito. Carga tributária e gasto público: propaganda e terceirizao. Revista fórum de direito tributário, v. 5, n. 25, p. 39-49, jan./fev. 2007.)

(Grifou-se)

Sobre o tema, o Ministro OCTAVIO GALLOTTI, da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, julgando como relator o RE não 208.144-1 (DJU 25/08/2000), com extrema proficiência assim afirmou:



SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE RIBEIRÃO PRETO, GUATAPAR E PRADÓPOLIS



[...]

o conteudo educativo, informativo ou de orientação social **ha de ter como alvo a utilidade e o proveito da comunidade**, não o interesse, mesmo legıtimo, do administrador.

(Grifou-se)

Que proveito a comunidade pode colher da referida informação, parcial e inacabada? A propaganda questionada, como será demonstrado, nem ao menos auxilia a compreensão do tema pela sociedade civil, que o próprio governo entendeu por bem expor: *obrigações do Município diante da sustentabilidade do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores municipais de Ribeirão Preto.*

Além dos aspectos abordados, a sociedade tem direito também  informação correta, confiável, abrangente e imparcial a respeito dos temas tratados. A informação correta e abrangente  o principal insumo para o exercício da cidadania.

A comunicação governamental que **não informa suficientemente e que encobre a complexidade da questão, na prática obstrui o fluxo da informação**.  inadmissível, assim, a veiculação de propaganda que não explicita de maneira clara e transparente a totalidade dos dados pertinentes ao tema sobre o qual a Administração Municipal entendeu por bem que a população deve se debruçar.

Na decisão monocrática proferida na SL 1.101/RS, a Excelentíssima Ministra do STF Cármen Lúcia Antunes Rocha observou com muita propriedade que **“o desvirtuamento das informações prestadas ecoa quase tão gravemente quanto a ausência dela”**. Em relação aos limites da publicidade



SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE RIBEIRÃO PRETO, GUATAPAR E PRADÓPOLIS



institucional em campanhas governamentais, a Ministra destacou na mesma decisão ser imperativo o conteúdo esclarecedor deste tipo de comunicao:

[...]

O dever de dar publicidade aos atos e às escolhas feitas pelo governo não se cumpre apenas pela publicao dos atos nos meios ordinários, mas pelo compartilhamento de informaçoes claras e objetivas aos cidadãos, apresentando-lhes os dados que deram suporte às escolhas, assim como suas repercussoes no plano individual e coletivo.

[...]

Enfatize-se que, para que se aperfeiçoem legitimamente, **as informaçoes devem ser propagadas de forma ampla, precisa, transparente e fiel**, pois não se espera, tampouco se tolera no Estado Democrático de Direito, possa o Governo manipular dados, distorcer informaçoes ou prestá-las a partir de omissoes intencionais, abusando da boa-f do cidadão e da confiança por ele depositada nas instituioes.

(Grifou-se)

Contrariando o propósito de uma informao pública ampla, precisa, transparente e fiel, preconizado no voto da referida Ministra, o comunicado ora impugnado classifica os aportes para o IPM, de responsabilidade legal do Município, fixados quando do equacionamento do *déficit* atuarial, como **rombo**.



SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE RIBEIRÃO PRETO, GUATAPAR E PRADÓPOLIS



Também parece destoar das regras democráticas que os agentes elevados  condição de gestores da coisa pública busquem reforçar suas posições classificando como "**erros das gestões anteriores**" as soluções adequadas, do ponto de vista constitucional e democrático, que proporcionaram a segrego da massa do IPM com a separação dos segurados em dois planos, de acordo com a data de ingresso no serviço público.

Já ficou claro que a propaganda impugnada não tem caráter educativo, informativo ou de orientação social. Também  inequívoco que a referida propaganda expressamente promove a exaltação de feito da atual gestão em "equilibrar as contas em 2017 em função das dvidas herdadas da gestão anterior". Soma-se a isto a depreciação generalizada que a propaganda promove das administrações anteriores, cuja passagem já transcrita assim informa:

[...]

Por erros das administrações anteriores, em 2017 a Prefeitura precisou gastar emergencialmente 100 milhões de reais com o IPM e outros 240 milhões este ano.

Independentemente de ser uma apreciação justa ou injusta, adequada ou inadequada, o fato  que não  cabível que o Município subsidie, por meio de recursos públicos destinados  comunicação institucional, uma tese específica, unilateral e genérica a respeito do trabalho realizado por todas as administrações anteriores, em detrimento das condições necessárias para a formação autnoma de convencimento da sociedade.

Trata-se de um abuso na atividade informativa oficial. E abusos desse tipo devem ser repelidos.  o que também sustenta Adilson Abreu Dallari:



SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE RIBEIRÃO PRETO, GUATAPAR E PRADÓPOLIS



[...]

Não pode haver abuso na atividade informativa oficial, pois isso **atentaria contra a probidade da Administração**. Para evitar abusos  que existem o controle político, exercido diretamente pelo Poder Legislativo, o controle econmico-financeiro exercido pelo Legislativo com auxílio do Tribunal de Contas, e o controle jurisdicional, exercitado pelo Poder Judiciário [...]

(DALLARI, Adilson Abreu. Divulgação das atividades da administração pública – publicidade administrativa e propaganda pessoal. Revista de Direito Público, v. 24, não 98, pp. 245-247. abr./jun. 1991.) - (Grifou-se)

Nesse contexto, o Superior Tribunal de Justiça possui jurisprudência consolidada no sentido de enquadrar como **ato de improbidade administrativa** propaganda ou campanha publicitária “*quando seu objetivo conduz a favorecimento pessoal, de terceiro, de partido ou de ideologia, com utilização indevida da máquina pública*” (STJ, AResp 496.566-AgRg/DF, Rel.: Min. Humberto Martins, DJe de 2.6.2014).

Frise-se que não se nega a existência de erros administrativos no passado, nem no presente. Entretanto, especificamente em relação ao caso em exame, não procede a afirmação oficial de que o Município está sendo chamado a fazer aportes previdenciários por conta de erros das administrações anteriores.



SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE RIBEIRÃO PRETO, GUATAPAR E PRADÓPOLIS



No caso concreto, verifica-se que os repasses legais destinados a fazer frente  insuficiência financeira previdenciária se do em razão da decisão da Municipalidade de instituir, por meio de lei específica (docs inclusos), a segrego de massa de seus segurados no âmbito do seu Regime Próprio de Previdência Social (RPPS)!

A segrego de massas consiste na separo dos membros do regime próprio de previdência social em dois grupos, no que concerne  gestão financeira e contábil, e são divididos em dois planos, o Plano Financeiro, que  formado por todos os servidores ativos, aposentados e pensionistas que estavam no regime até a publicao da lei da segrego, tratado pelo regime financeiro de repartio simples, e o Plano Previdenciário, que por sua vez  formado por todos os servidores ativos, admitidos após a publicao da lei, suas aposentadorias e pensões, e  gerenciado sob a égide do regime financeiro de capitalizao.

Insta salientar, neste momento, que a instituio da segrego de massa por meio de lei não foi uma medida voluntariosa ou irrefletida do Município, que se deu de forma apartada dos princípios da eficiência e economicidade e desnorteada das diretrizes gerais do Ministério da Previdência Social (MPS).

Ao contrário. Não custa reiterar que o plano de amortizao do déficit atuarial através da segrego de massas de segurados considerou a capacidade financeira e orçamentária do Município. Justificativa técnica (doc incluso) apresentada  Secretaria de Políticas de Previdência Social (SPPS) demonstrou a viabilidade orçamentária e financeira da segrego para o ente federativo municipal e o não comprometimento da capacidade de investimento do Município no atendimento às necessidades da populao.



SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE RIBEIRÃO PRETO, GUATAPAR E PRADÓPOLIS



Neste ponto  importante demonstrar que o esquema de repartição de competências entre os entes federados - expressão do princípio federativo - conferiu  União e aos Estados (e aos Distrito Federal), sem espaço para os Municípios, a competência concorrente para legislar sobre previdência social (art. 24, XII, Constituição Federal). Assim dispõe a Constituição Federal:

[...]

Art. 24. Compete  União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

[...]

XII previdência social, proteção e defesa da saúde.

(Grifou-se)

Com supedâneo nesse dispositivo constitucional, foi editada a Lei Federal n 9.717/98, que dispôs sobre regras gerais para a organização, fiscalização e funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos Militares dos Estados e do Distrito Federal e deu outras providências. A Lei Federal sobredita, no que interessa, prevê que:

[...]

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1 Os regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares



SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE RIBEIRÃO PRETO, GUATAPAR E PRADÓPOLIS



Filiado:



dos Estados e do Distrito Federal deverão ser organizados, baseados em normas gerais de contabilidade e atuária, de modo a garantir o seu equilíbrio financeiro e atuarial, observados os seguintes critérios:

[...]

Art. 2o A contribuio da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundaoes, aos regimes próprios de previdência social a que estejam vinculados seus servidores não poderá ser inferior ao valor da contribuio do servidor ativo, nem superior ao dobro desta contribuio. (Redao dada pela Lei não 10.887, de 2004)

 1o A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios são responsáveis pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras do respectivo regime próprio, decorrentes do pagamento de benefícios previdenciários. (Redao dada pela Lei não 10.887, de 2004)

[...]

Art. 9o Compete  União, por intermédio do Ministério da Previdência e Assistência Social:

I - a orientao, supervisão e o acompanhamento dos regimes próprios de



SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE RIBEIRÃO PRETO, GUATAPAR E PRADÓPOLIS



previdência social dos servidores públicos e dos militares da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e dos fundos a que se refere o art. 6, para o fiel cumprimento dos dispositivos desta Lei;

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicao.

Brasília, 27 de novembro de 1998; 177o da Independência e 110o da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

(Grifou-se)

Não foi  toa, mas em cumprimento  determinao legal, que o Ministério da Previdência e Assistência Social editou a Portaria n 403/2008, que *“dispõe sobre as normas aplicáveis às avaliaoes e reavaliaoes atuariais dos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, **define parâmetros para a segregao da massa e dá outras providências**”*.

No que  pertinente ao presente caso, especialmente acerca da segregao de massa, a Portaria n 403/2008 previu que:

[...]

O MINISTRO DE ESTADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, no uso das atribuioes que lhe confere o art. 87, pargrafonico, inciso II da Constituio e tendo em vista o disposto no art. 9 da Lei n 9.717, de 27 de novembro de 1998, resolve:



SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE RIBEIRÃO PRETO, GUATAPAR E PRADÓPOLIS



Filiado:



Art.1 As avaliaes e reavaliaes atuariais com o objetivo de dimensionar os compromissos do Plano de Beneficios e estabelecer o Plano de Custeio para a observância do equilíbrio financeiro e atuarial dos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios deverão ser elaboradas tendo como parâmetros técnicos as normas fixadas nesta portaria.

[...]

Seo VI Da Segregao da Massa

Art. 20. Na hipótese da inviabilidade do plano de amortizao previsto nos art. 18 e 19 para o equacionamento do déficit atuarial do RPPS, será admitida a segregao da massa de seus segurados, observados os princípios da eficiência e economicidade na realocao dos recursos financeiros do RPPS e na composio das submassas, e os demais parâmetros estabelecidos nesta Portaria. (Redao dada pela Portaria MPS n 21, de 16/01/2013)

 1 A segregao da massa existente na data de publicao da lei que a instituir poderá tomar por base a data de ingresso do segurado no ente federativo na condio de servidor titular de cargo



SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE RIBEIRÃO PRETO, GUATAPAR E PRADÓPOLIS



Filiado:



efetivo vinculado ao RPPS, a idade do segurado ou a sua condição de servidor em atividade, aposentado ou pensionista, admitindo-se a conjugo desses parâmetros, para fins de alocação dos segurados ao Plano Financeiro e ao Plano Previdenciário. (Redação dada pela Portaria MPS n 21, de 16/01/2013)

 2 O Plano Financeiro deve ser constituído por um grupo fechado em extinção sendo vedado o ingresso de novos segurados, os quais serão alocados no Plano Previdenciário. (Redação dada pela Portaria MPS n 21, de 16/01/2013)

 3 REVOGADO pela Portaria MPS n 21, de 16/01/2013

 4 **A proposta de segrego da massa dos segurados do RPPS deverá ser submetida  aprovação da SPPS, acompanhada da avaliação atuarial e justificativa técnica apresentada pelo ente federativo.** (Incluído pela Portaria MPS n 21, de 16/01/2013)

 5 **A justificativa técnica de que trata o parágrafo anterior deverá demonstrar a viabilidade orçamentária e financeira da segrego para o ente federativo, por meio dos fluxos das receitas e despesas do Plano Financeiro e do Plano Previdenciário, inclusive**



SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE RIBEIRÃO PRETO, GUATAPAR E PRADÓPOLIS



Filiado:



os impactos nos limites de gastos impostos pela Lei Complementar não 101, de 04 de maio de 2000. (Incluido pela Portaria MPS não 21, de 16/01/2013)

 6o Nao serao admitidos como forma de equacionamento do deficit atuarial quaisquer outros modelos de agrupamentos ou desmembramentos de massas ou submassas de segurados ou a adoao de datas futuras, que contrariem o disposto neste artigo. (Incluido pela Portaria MPS não 21, de 16/01/2013)

[...]

Art. 21. A segregao da massa será considerada implementada a partir do seu estabelecimento em lei do ente federativo, mediante a separaao oramentaria, financeira e contabil dos recursos e obrigaoes correspondentes. (Redaao dada pela Portaria MPS não 21, de 16/01/2013)

[...]

Art. 22. Observado o disposto no artigo 25, o RPPS que implementar a segregao da massa, somente poderá alterar os seus parametros ou desfazê-la, mediante previa aprovaao da SPS.

(...)

(Grifou-se)



SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE RIBEIRÃO PRETO, GUATAPAR E PRADÓPOLIS



Como se viu, a decisão democrática e constitucional da Municipalidade de instituir a segrego de massa de seus segurados se deu de acordo com a Lei n 9.717/1998 e a correlacionada Portaria n 403/2008, que estabeleceram normas gerais de funcionamento e organizao dos RPPS, trazendo obrigaes e orientaes a serem seguidas em caso de serem admitidas a segrego pela Secretaria de Políticas de Previdência Social (SPPS).

A segrego de massa dos segurados do RPPS do Município, portanto, foi submetida  aprovao do Ministério de Previdência Social, acompanhada da avaliao atuarial e justificativa técnica apresentada pelo ente federativo. Mais que isso. A referida justificativa técnica demonstrou a viabilidade orçamentária e financeira da segrego para o Município.

Conforme bem elucidou a Consultoria Técnica do Tribunal de Contas MT, no PROCESSO 18.743-7/2017, o déficit financeiro  uma realidade pertencente e intrínseca do Plano Financeiro, uma vez que, sendo um grupo limitado e em extino, gradativamente o número de aposentados aumentar na mesma proporo que o número de servidores ativos que contribui com a maior parcela do custeio diminuir. Veja-se quão didático o esclarecimento prestado:

[...]

o Plano Financeiro não tem o propósito de acumulao de recursos:  tratado sob o regime financeiro de repartio simples, em que as contribuies arrecadas no bojo desse grupo, em um determinado exercício financeiro, sejam suficientes para o pagamento dos benefícios, sendo que eventual insuficiência financeira de recursos seja suprida por meio de aportes



SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE RIBEIRÃO PRETO, GUATAPAR E PRADÓPOLIS



financeiros feitos pelo Tesouro do ente.

O grupo que compo o Plano Financeiro  denominado de massa em extinção. Em decorrência do exposto, ** forçoso concluir que a insuficiência financeira do Plano Financeiro será inevitável, pois o número de servidores aposentados desse plano, gradativamente, aumenta, enquanto o de ativos, que  a categoria que contribui com a maior parcela dos recursos para o custeio, diminui.**

(Grifou-se)

Assim, resta claro que o aporte do Município para cobertura de insuficiência financeira do plano financeiro, decorrente da segrego de massas que foi instituída por meio leis específicas, depois de uma série de estudos técnicos e legais e aprovação formal pelo Ministério da Previdência Social, não são consequências dos "erros das administrações anteriores".

Sabe-se que o que diferencia a manipulação da correta informação, em termos de política de comunicação, está na falta de compromisso da publicidade oblíqua com o dever de expor  população informações não são verdadeiras, mas também completas.

Ao veicular em peça publicitária que "[...] *o enorme rombo no IPM - Instituto de Previdência dos Municipirios pode travar o funcionamento da máquina pública*" e que "[...] *a Prefeitura precisou gastar emergencialmente 100 milhões de*



SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE RIBEIRÃO PRETO, GUATAPAR E PRADÓPOLIS



reais com o IPM e outros 240 milhões este ano", a Administração Municipal não está veiculando uma informação pblicantegra, nem adequada.

Rombo , de acordo com o Novo Dicionário Aurélio: "1 - *Buraco ou furo devido a arrombamento. 2 - Topada de que resulta dano. 3 - Arrombamento. 4 - Desfalque. 5 - Perda. 6 - Roubo, [...]* ".

Para o Dicionário Léxico, rombo também  sinnimo de brecha fruto de arrombamento ou no sentido figurado: desvio, dano ou falcatrua. (<https://www.lexico.pt/pesquisa.php?q=rombo>).

Logo se percebe que o uso da expressão "**rombo**", presente na comunicação questionada , no mínimo, desapropriada. Apenas com provas seguras e irrefutáveis, em conformidade com o devido processo legal e a ampla defesa, poderia a Administração Pública utilizar-se do termo "**rombo**" no sentido de desfalque, perda, roubo ou falcatrua.

Noutro giro, caso o termo "rombo" tenha sido empregado para retratar buraco, brecha ou furo devido a arrombamento, tratar-se-ia de uma aplicação inexistente e infeliz, uma vez que todo arrombamento nada mais  que uma violação.  indiscutível que as obrigações do ente federativo municipal junto ao IPM são frutos da própria escolha do Município, observados os princípios da eficiência e economicidade na realocação dos recursos financeiros do RPPS, e não de rombo em qualquer sentido.

Se  indiscutível a infelicidade da utilização do termo "rombo", a mesma intempérie surge ao se afirmar que " [...] a Prefeitura[...] se depara agora com um preocupante desafio" e que "[...] a Prefeitura precisou gastar emergencialmente ...". Não  legal, nem constitucional, que qualquer esfera do



SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE RIBEIRÃO PRETO, GUATAPAR E PRADÓPOLIS



Poder Público promova campanhas de convencimento, onde verdades são desprestigiadas e meias-verdades são incutidas na sociedade como dogmas.

Neste ponto, tanto o emprego do verbo "gastar" como o uso dos advérbios "agora" e "emergencialmente" não são condizentes com os corretos conceitos e classificaes das despesas públicas.

Conforme firme entendimento de diversos Tribunais de Contas, inclusive o TCE-SP, os aportes para cobertura de insuficiência financeira do plano financeiro, decorrentes da segrego de massas, não se inserem como receitas ou despesas sob o aspecto orçamentário.

Não  correto também pretextar, como foi alegado na comunicao impugnada, que a Prefeitura "[...] se depara **agora** com um preocupante desafio", e que "[...]precisou gastar emergencialmente ...". A lei orçamentária tem rígido limite, conhecido logo no início de cada exercício, porquanto baseado na receita do ano anterior. Não  demais lembrar que a dvida previdenciária do Município deve sempre estar claramente evidenciada no passivo patrimonial da Administrao; sem isso, aparece outra falha relevante: a distoro dos resultados contábeis e a não atno a princípio hoje basilar: o da transparência fiscal.

Não há como recusar, neste ponto, razão a Fabrício Macedo Motta, quando sustenta que, **“sem publicidade transparente não há informao verdadeira, sem informao não há cidadania plena”** (MOTTA, Fabrício Macedo. *Comentário ao art. 37,  1o. In: CANOTILHO, J. J. Gomes; MENDES, Gilmar F.; SARLET, Ingo W.; STRECK, Lenio L. (Coords). Comentários  Constituio do Brasil. São Paulo: Saraiva/Almedina, 2013, p. 889.*)



SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE RIBEIRÃO PRETO, GUATAPAR E PRADÓPOLIS



O comunicado da Prefeitura Municipal, ao invés de informar, apenas amplia o enorme grau de incompreensão da populao sobre o tema.

Mais  frente, ao apontar incompatibilidade entre o pagamento de servidores aposentados e o atendimento da populao com obras e serviços, o comunicado governamental não apenas oculta a verdadeira dimensão do problema, como também favorece o agravamento de um quadro de aguda polarizao social na sociedade. O comunicado oficial questionado, em determinado trecho, sustenta *ipsis litteris* que:

[...] **Para manter o pagamento de 5.750 aposentados e pensionistas em dia, 700 mil ribeirão-pretanos deixam de ser atendidos com obras e serviços.**

(Grifou-se)

O argumento da peça em questão  mais do que infeliz, pois **não pode ser lícita, por não ser constitucional, a propaganda institucional que acusa a proteo dos direitos fundamentais de inviabilizar a oferta de serviços e obras públicas e que acirra os nimos de 700 mil ribeirão-pretanos contra os direitos de 5.750 servidores!**

A pacificao de conflitos e a convivência harmnica são anseios que parecem distantes da comunicao governamental ora impugnada.

Imagine-se se seria tolerável (ou ao menos razoável) se amanhã um agente,  condio de gestor da coisa pública, desejasse fazer uso da comunicao institucional para apontar a incompatibilidade entre o atendimento da populao e o funcionamento de órgãos de outros poderes públicos.



SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE RIBEIRÃO PRETO, GUATAPAR E PRADÓPOLIS



 grave o risco dos efeitos que uma informação governamental fragmentada e tendenciosa produz numa sociedade que se encontra dividida, desorientada e desalentada. A simplificação redutora do debate faz com que a mistificação prevalea sobre a realidade dos fatos, acirra artificialmente os nimos entre as pessoas e cria um ambiente oportuno para a proliferação de varias formas de morbidez social, entre elas a discriminação.

O princípio constitucional no qual está fundada a proibição da publicidade de natureza discriminatória encontra-se consolidado na regra do artigo 3, IV, da Constituição Federal, que assim dispõe:

[...]

Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil (...) **promover o bem de todos, sem preconceito** de origem, raça, sexo, cor, **idade e quaisquer outras formas de discriminação.** [...]

(Grifou-se)

Na esteira da Constituição, o legislador, na regra do artigo 37 do Código de Defesa do Consumidor, tratou da publicidade enganosa e abusiva, dispondo, no  2, no sentido de que:

[...]

 abusiva, dentre outras, a publicidade discriminatória de qualquer natureza, a que incite a violência, explore o medo ou a supersto, aproveite-se da deficiência de julgamento e experiência da criança, desrespeite valores ambientais, ou que seja capaz de induzir o



SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE RIBEIRÃO PRETO, GUATAPAR E PRADÓPOLIS



consumidor a se comportar de forma prejudicial ou perigosa  sua saúde ou segurança [...]

(Grifou-se)

Em seu voto, na Apelao Civil não 0005431-07.2010.8.26.0053, o Exmo. Desembargador Luiz Sergio Fernandes de Souza, da 7a Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo, na parte que mais interessa  questão, explicitou:

[...]

Embora inexista, entre juristas e publicitários, um consenso sobre a definio de “publicidade abusiva”, tem-se de levar em conta que há uma medida para todas as coisas, que existem, afinal, limites (Horácio, Sátira, I, 1). E estes contornos, na estipulao do conceito, **hão de considerar o arcabouço de valores sociais que a Carta Constitucional buscou promover, tanto quanto o princípio da dignidade da pessoa humana e o direito da personalidade.**

(Grifou-se)

No mesmo voto, o Desembargador Luiz Sergio Fernandes de Souza citou a lio do jurista Antnio Herman de Vasconcelos Benjamin, que abaixo se reproduz:



SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE RIBEIRÃO PRETO, GUATAPAR E PRADÓPOLIS



[...]

e abusiva a publicidade que **discrimina o ser humano, sob qualquer ângulo ou pretexto**. A discriminação pode ter a ver com a raça, com o sexo, com a preferência sexual, **com a condição social**, com a nacionalidade, **com a profissão** e com as convicções religiosas e políticas”

(Grifou-se)

(Manual de Direito do Consumidor , 6^a ed., 2014, SP, RT, p. 298)

Mais que isso, ensina também o Desembargador no referido voto que "a ideia de abuso do direito, desde a doutrina do *Segundo Saleilles*, dispensa a noção de culpa ou dolo; **age de maneira abusiva aquele que faz uso anormal de um direito, enfim, aquele que se conduz de maneira contrária  função social do direito** (*tudesurlathoriegnrale de l'obligation, d'aprsle premier projet de Code Civil pourl'empireallemand, apud Carlos Fernández Sessarego, Abuso delDerecho, Buenos Aires, Astrea, 1992, p. 198 e 199*). (Grifou-se).

A propaganda governamental, no caso em análise, além de ser inconstitucional por não possuir caráter educativo, informativo ou de orientação social,  também inconstitucional e abusiva por ser claramente discriminatória.

No caso presente, o comunicado busca criar e irradiar a ideia de que **"para manter o pagamento de 5.750 aposentados e pensionistas em dia, 700 mil ribeirão-pretanos deixam de ser atendidos com obras e serviços"**.



SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE RIBEIRÃO PRETO, GUATAPAR E PRADÓPOLIS



A execução orçamentária inclui, entre outros, a remuneração dos agentes políticos, os repasses públicos ao terceiro setor, o pagamento de precatórios judiciais, as despesas dos contratos de Parcerias Público-Privadas e até mesmo a destinação de verbas para a comunicação institucional.

Atribuir ao pagamento dos aposentados e pensionistas a responsabilidade pelo não atendimento da população com obras e serviços, mais que uma ingratitude, ** uma manifestação discriminatória, uma desinformação.**

Por qu dentro de um orçamento que inclui múltiplas e variadas categorias de despesas e heterogneos beneficiários, a Administração Pública resolveu diferenciar e identificar apenas o pagamento aos aposentados do município como algo antagnico e inconciliável com o funcionamento da máquina pública?

Atribuir apenas ao pagamento dos servidores aposentados e pensionistas os efeitos negativos sobre as finanças públicas do Município, evidentemente,  uma forma perversa de discriminação.

A Previdência  apenas o instrumento final do reconhecimento público do trabalho prestado pelos servidores, baseado na dedicação praticamente integral e exclusiva e na renúncia a direitos usufruídos por agentes políticos e trabalhadores da iniciativa privada.

Quem critica a seguridade dos servidores públicos ignora que, há décadas, eles financiam suas aposentadorias e pensões. Desconhece também que a legislação em vigor determina a avaliação atuarial inicial, bem como em cada exercício financeiro, no intento de organizar e revisar o plano de custeio e



SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE RIBEIRÃO PRETO, GUATAPAR E PRADÓPOLIS



benefícios dos servidores para que esse regime alcance seu equilíbrio financeiro e atuarial.

Vale ressaltar que as principais regras da aposentadoria dos servidores municipais são definidas pelo art. 40 da Constituição Federal e se aplicam a qualquer ente da Federação que institui seu Regime Próprio de Previdência Social (RPPS). Nesse sentido, reformas mais ambiciosas na previdência dos servidores demandarão proposta de emenda constitucional a ser apreciada pelo Congresso Nacional.

A propaganda governamental ora impugnada, embora declare tardiamente num certo ponto que " [...] *os aposentados do IPM não tem culpa dos erros do passado*", traz umbilicalmente a imputação aos 5.750 aposentados e pensionistas que, ao receberem em dia suas aposentadorias e pensões, inviabilizam o atendimento da população com obras e serviços da política.

No artigo " O Controle Externo dos Regimes Prrios pelos Tribunais de Contas", disponibilizado em formato PDF pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www4.tce.sp.gov.br/sites/default/files/o-controle-externo-dos-regimes-proprios-pelos-tribunais-de-contas.pdf>), os autores do referido artigo alertam que tem sido recorrente que prefeitos busquem suspender ou diminuir os repasses de aporte quando as obrigações previdenciárias ainda se encontram em níveis razoáveis e dentro do equilíbrio atuarial. Na parte que interessa para o presente caso, o alerta dos autores  de uma clareza gramatical que dispensa qualquer comentário posterior:

[...]

Por outro lado, **quando as obrigações previdenciárias se encontram em níveis razoáveis e capazes de estabelecer o equilíbrio**



SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE RIBEIRÃO PRETO, GUATAPAR E PRADÓPOLIS



Filiado:



atuarial,  comum que os prefeitos que assumem o gabinete entendam injusto que a nova administração arque com benefícios de gestões passadas, uma vez que o município tem Regime Próprio, e que o Regime já recebe compensação financeira por esses benefícios, ou ainda que os compromissos de pagamentos relativos aos aportes ou parcelamentos foram assumidos por administração anterior e que serão revistos.

Segue-se uma movimentação política tendente a suspender ou diminuir os repasses de aporte, alongar os prazos dos compromissos e transferir ao Regime benefícios legalmente suportados pelos entes patronais, e que estavam de acordo com os cculos atuariais que definiram os parâmetros da previdência municipal. A fragilização do Regime Próprio  falta financeira grave e deve ser firmemente apontada nas contas do Município.

O agente político, quando  eleito pela população para administrar um município, pode ser comparado ao executivo que  contratado pelos acionistas para presidir uma empresa: tanto a prefeitura quanto a empresa são entidades que já possuíam ativos e passivos antes dos atuais gestores as comandarem e os tero após estes deixarem os cargos. As obrigações assumidas,



SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE RIBEIRÃO PRETO, GUATAPAR E PRADÓPOLIS



Filiado:



assim como as receitas auferidas, não são do gestor que as gerou, mas sim da entidade que presidem.”

(Grifou-se)

(O Controle Externo dos Regimes Proprios pelos Tribunais de Contas - Sarquis, Alexandre Manir Figueiredo, Frigeri, Celso Atilio e De Abreu Sousa, Daphne)

<https://www4.tce.sp.gov.br/sites/default/files/o-controle-externo-dos-regimes-proprios-pelos-tribunais-de-contas.pdf>

No citado artigo, divulgado pelo TCE-SP, os autores esclarecem ainda que:

[...]

E o conceito fundamental da auto sustentabilidade dos regimes: uma vez instituído o regime dentro de parâmetros técnicos, **implementa-se as recomendaes fixadas nos estudos iniciais, e o erário não será mais onerado pelos benefícios previdenciários, assumidos que são pelo RPPS.**

Resta ao Tesouro a responsabilidade pelos



SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE RIBEIRÃO PRETO, GUATAPAR E PRADÓPOLIS



benefícios concedidos anteriormente  criao do Regime (se assim foi definido), as contribuies patronais dos servidores ativos e os **aportes nos valores e tempos fixados pela lei de criao.**

(Grifou-se)

Em conclusão, o que se evidencia  que a Administrao Municipal perseguiu, através do comunicado ora impugnado, obter o apoio da populao para controverter os efeitos de leis válidas, instituídas pelo próprio Município, sem oferecer qualquer contraponto apresentado de forma objetiva e com a indicao precisa de pertinência.

Por fim, no caso concreto, não há qualquer indício ou informao no sentido de que as premissas dos cculos atuariais não se concretizarão. Os aportes para cobertura de déficits naturais e inexoráveis do Plano Financeiro do RPPS decorrentes da segrego de massas se embasaram não apenas em leis, mas antes delas, em critérios técnicos, que consideraram o comprometimento das receitas em patamares razoáveis para não afetar a gestão do município no atendimento  populao, e em ateno  LRF.

Daí que, além de verificar-se a utilizao de um comunicado governamental para fomentar uma controvérsia contra os efeitos de uma lei válida, percebe-se que indiretamente o mesmo comunicado hostiliza os parâmetros técnicos instituídos em razão do conceito fundamental da auto sustentabilidade dos regimes previdenciários e, assim, trata-se de uma propaganda pública que visa angariar o apoio da populao para um ponto de vista que  contrário ao interesse público.



SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE RIBEIRÃO PRETO, GUATAPAR E PRADÓPOLIS



H ainda, no presente caso, um fato agravante que prejudica a transparência e, conseqüentemente, a análise das despesas com a referida publicidade feita pelo Governo Municipal.

Em Ribeirão Preto, os serviços de publicidade são prestados por intermédio da agência de propaganda VERSÃO BR COMUNICAO E MARKETING EIRELI-EPP, vencedora da Concorrência Pública não 02/2017, conforme atesta Edital publicado no Diário Oficial do Município Não 10.323, de 10 de Novembro de 2017 (em anexo). Pela sistemática da execuo contratual adotada, o faturamento por parte das emissoras que veicularam o anúncio  feito diretamente em relao a agência e os custos arcados por esta são repostos pelo Município via contrato celebrado.

Essa sistemática explica, mas no nosso entender não legitima, a falta de identificao específica de contratos e empresas contratadas para a veiculao da publicidade no Relatório Analítico de Pagamentos Mensais por Fornecedor disponibilizados no Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto (em anexo). Mas a questão ainda pendente do "quanto" a referida propaganda custou para os cofres públicos pode ser examinada a partir dos apontamentos presentes no referido relatório de pagamentos mensais que mostram o recebimento, por parte da VERSÃO BR COMUNICAO E MARKETING EIRELI-EPP, de R\$ 113.826,29 (Centro e Treze Mil, Oitocentos e Vinte e Seis Reais e Vinte e Nove Centavos) no mês da veiculao da questionada propaganda, conforme se verifica:

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO
Orçamento e Pagamentos - Analítico - Exercício 2018
Dados Contabilizados até: 20/11/2018 - Dados Atualizados até: 20/11/2018

Pág.267 / 275

| Fornecedor | Janeiro | Fevereiro | Março | Abril |
|--|--------------|------------|--------------|------------|
| VERSÃO BR COMUNICAO E MARKETING EIRELI EPP (21) | 270.624,4800 | 207.754,21 | 163.008,7000 | 466.037,63 |
| | Mai | Junho | Julho | Agosto |
| | 1.821.401,34 | 635.288,76 | 1.738.668,66 | |
| | Setembro | Outubro | Novembro | Dezembro |
| | | 113.826,29 | | |



SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE RIBEIRÃO PRETO, GUATAPAR E PRADÓPOLIS



Aqui não se questiona a validade e a necessidade do Município cumprir rigorosamente a obrigação constitucional de dar visibilidade às ações governamentais, com caráter educativo, informativo e de orientação social.  que os R\$ 113. 826, 29 que são no mês de outubro/2018 saíram dos cofres públicos, isto , da saúde, da educação, da moradia, do saneamento básico, da infraestrutura, do esporte, da cultura, do planejamento, para a agência que conduz a propaganda oficial, poderiam ser alocados, talvez através da própria agência, para produzir um tipo de publicidade mais efetiva em termos de interesse público.

Repare-se bem a diferença de situações. A publicidade em favor de uma medida notoriamente controvertida, questionadora dos efeitos de uma lei e discriminatória contra aposentados e pensionistas  substancialmente distinta de uma publicidade em favor da conscientização da população sobre a necessidade de cuidados, por exemplo, para evitar a proliferação do mosquito da dengue.

No caso de uma campanha para se evitar a proliferação de um vetor, há consenso de que a saúde pública se beneficia das medidas propugnadas. No caso da propaganda impugnada, esse consenso não existe, por isso mesmo, no nosso entender, não se poderia verter recursos públicos para campanhas dessa natureza.

Vale mencionar, ainda, que a própria Administração Municipal fala atualmente em contingenciamento de gastos, impõe através de decretos o parcelamento do pagamento de verbas rescisórias, férias, horas extraordinárias, plantões. No caso em apreço, verificou-se que a Administração Pública referiu-se a aportes previdenciários obrigatórios como " [...] **este peso que compromete as finanças do município**".



SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE RIBEIRÃO PRETO, GUATAPAR E PRADÓPOLIS



Neste contexto, portanto,  de justiça reconhecer como **intolerável** que a Municipalidade utilize dinheiro público para comunicados ou outro tipo de propaganda que desbordem dos limites da publicidade institucional definidos pela Constituio Federal.

Pelo exposto, fica nítido o dano gerado aos cidadãos da cidade e região submetidos  propaganda governamental com o fim de mero convencimento sobre a necessidade de medidas que objetiva, sem a indicao precária, quanto menos objetiva, daquilo que pretende ver feito, além dos danos irreparáveis com enorme prejuízo moral, social, familiar e espiritual que campanhas dessa natureza provocam nos segurados do RPPS, em particular os aposentados e pensionistas, responsabilizados nominalmente e injustamente pelo travamento da máquina pública.

Soma-se aos danos irreparáveis, o quadro de aguda polarizao social que a propaganda governamental estimula e o desprezo público que a propaganda também estimula contra o esforço de todas as administraoes anteriores generalizadamente que, com sacrifícios e com renúncias souberam, ao lado dos servidores, construir o IPM que temos hoje. Por fim, some-se a potencialidade lesiva do ato impugnado  verbas públicas despendidas com essa forma de propaganda governamental, contrária aos interesses públicos e também inconstitucional.

Portanto, Senhor Presidente da Câmara dos Vereadores, não restam dvidas quanto as ilegalidades praticadas pelo Denunciado, ora relatadas.

Diante de todo o exposto, com fundamento nos artigos 4 e 5 do Decreto-Lei 201/67, c/c artigo 8, alínea “b”, incisos XII, XIII e XVII; artigo 70, inciso V e artigo 78, todos da Lei Orgânica do Município e artigos 44, 54 e 89 do Regimento Interno dessa Câmara Municipal, requer  V.EXA:



**SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS
DE RIBEIRÃO PRETO, GUATAPAR E PRADÓPOLIS**



1 - Seja recebida a presente DENÚNCIA, com a instaurao do devido processo legislativo para apurao dos fatos e responsabilidades decorrentes da matéria aqui narrada;

2 – Que seja a presente denúncia acolhida na íntegra, reconhecendo-se que o Denunciado cometeu abuso da atividade informativa ao veicular propaganda de natureza discriminatória, causando prejuízos a 5.750 servidores aposentados e pensionistas, agindo contrariamente  lei e ao interesse público, com gestão temerária dos recursos públicos, ao utilizar de verba pública para divulgao de informao de interesse político e ideológico, caracterizando improbidade administrativa, além de ter procedido de modo incompatível com a moralidade administrativa, com o princípio da legalidade, da publicidade e transparência e demais princípios administrativos, incorrendo na prática de infrao político-administrativa;

3 – Que, ao final, seja julgada totalmente procedente a presente denúncia, em sessão de julgamento no plenário dessa Casa Legislativa, com a conseqüente perda do cargo de Prefeito Municipal e expedio do respectivo Decreto Legislativo de Cassao do mandato do Senhor Prefeito Municipal;

4 – Que seja comunicado o resultado  Justiça Eleitoral.

Finalmente, por todo o exposto requer-se a V.EXA., respeitosamente, o acolhimento integral dos requerimentos formulados em relao  primeira e a segunda denúncias apresentadas.

Protesta e requer provar o alegado, por meio dos documentos acostados  presente e por todos os meios de provas em direito admitidas,



**SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS
DE RIBEIRÃO PRETO, GUATAPAR E PRADÓPOLIS**



Filiado:



inclusive pela oitiva de testemunhas, a serem arroladas no momento processual oportuno e demais provas necessárias ao deslinde das questões trazidas  análise dessa Casa Legislativa.

Termos em que,

Pede Deferimento.

Ribeirão Preto, 25 de abril de 2019.

LAERTE CARLOS AUGUSTO

Presidente do SSMRPGP